

CHINA E ÍNDIA – EMERGÊNCIA E IMPACTO CULTURAL

China and India – Emergence and Cultural Impact

Paulo Antônio Pereira Pinto¹

Introdução

A atual emergência da China e da Índia, com o resultante impacto cultural em outros países e influências recíprocas, pareceu-me texto oportuno, pela atualidade e perspectiva visual condizente com o hábito gaúcho de antecipar tendências futuras. Tendo servido, como diplomata, cerca de vinte anos no “universo chinês” e três em Mumbai, o exercício de reflexão a seguir é resultado, portanto, mais de conclusões de vivências pessoais, do que de pesquisa acadêmica.

China e Índia ocupam, hoje, parcelas quase idênticas de interesse no noticiário internacional. Os chineses já despertavam atenções, desde o início do processo de abertura da República Popular ao exterior, na década de 1980. Os indianos, mais recentemente, passaram a provocar enorme curiosidade, pela ruptura gradual em curso com modelo de desenvolvimento tradicionalmente fechado, em descompasso com a globalização.

Os dois fenômenos são analisados, com frequência, na perspectiva da crescente inserção econômica internacional chinesa e indiana, bem como a partir da cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros.

¹ Diplomata. Primeiro Embaixador do Brasil residente em Baku, Azerbaijão. Serviu, anteriormente, como Cônsul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009 e, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores

Tais avaliações estariam mais adequadas ao debate, nas últimas décadas do século XX, quando a globalização do mercado começou a prevalecer sobre as economias fechadas e centralmente planejadas.

Sabemos, agora, que a criação de uma economia global e o fortalecimento de novas tecnologias não erodiram culturas e valores locais. Verificou-se, pelo contrário, que, na medida em que as pessoas tiveram acesso a mais informação e educação, suas diferenças culturais se tornaram mais pronunciadas – não menos. Nesse processo, diferentes grupos demonstraram perseguir visões distintas de bem-estar, assim como reagiram de forma agressiva a ameaças perceptíveis a sua dignidade cultural.

Nessa perspectiva, as grandes questões deste novo milênio parecem dizer respeito a: como culturas podem ser adaptadas; como capital social e cultural pode alavancar o desenvolvimento das nações; e como o potencial de conflito destrutivo entre culturas pode ser transformado em saudável competição cultural.

China e Índia – A Ascensão Pacífica Asiática

Chamam atenção pronunciamentos da China, a partir de 2005, de que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior.

Segundo esse discurso chinês, estaria em curso, praticamente, o ressurgimento da influência político-cultural que o antigo Império do Centro exercia sobre as nações situadas ao Sul de suas fronteiras. Isto é, historicamente – sempre de acordo com Pequim – laços foram mantidos com o Sudeste Asiático, com base em relacionamento “pacífico”, que a RPC, agora, procuraria “reacender”.

Por outro, a Índia não busca nem expandir sua cultura, nem suas instituições democráticas. O que os indianos parecem analisar com grande precisão são os quesitos necessários para a segurança interna de sua multiculturalidade, em ambiente internacional estável.

A liderança atual indiana, portanto, parece entender que a inquietação mundial, provocada por rivalidades étnicas e religiosas, poderá afetar, também, seu próprio país.

Daí, Nova Delhi ter que exercer amplo leque de interlocução com culturas que rodeiam a Índia.

A sociedade indiana é resultado da assimilação de centenas de influências culturais, trazidas dos continentes europeu e asiático. A Índia incorporou, portanto, costumes e crenças das diferentes civilizações que a invadiram ou lá se estabeleceram. Como resultado, hoje existem no país 17 línguas oficiais e algumas centenas de dialetos.

Mas a Índia não foi apenas “importadora” de cultura. Foi também “exportadora”. O Sânscrito, como se sabe, é uma língua originária na Índia e raiz de línguas indo-européias, como o grego e o latim.

O Budismo nasceu na Índia, derivado do Hinduísmo, e espalhou-se pela Ásia e outras regiões. O Hinduísmo foi difundido pelo Sudeste Asiático mas continuou a florescer, principalmente no território indiano.

Verifica-se, a propósito, que o Hinduísmo parece adaptar-se perfeitamente à sociedade indiana – há quem diga que, nesse caso, a religião influencia a sociedade e vice-versa. Isto é, a profusão de “deuses” oferece ampla escolha de devoção aos fiéis a teria ajudado no estabelecimento de sistema de castas que sobrevive há 3.000 anos.

A Competição por “Soft Power”

China e Índia são temas de notícias frequentes, como já mencionado acima, seja pela cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros, seja como resultado da concorrência entre ambos por recursos naturais e energéticos em diferentes partes do mundo.

Pouca atenção tem despertado, no entanto, a capacidade destes países emergentes, seja no sentido de atrair e influenciar outras regiões do planeta, seja quanto à criação de um vasto espaço para a convivência entre diferentes culturas. Isto ocorreria como resultado da divulgação de práticas, hábitos, criações e formas de raciocínio herdados ou marcados pela longa história indiana e chinesa.

Em outras palavras, há pouca reflexão sobre a “soft power” - para utilizar o termo popularizado por Joseph Nye² - na competição e interação entre as duas potências emergentes na Ásia.

Esta disputa ocorre em setores como: a reivindicação de ser sede do Budismo e, portanto, o espaço cultural de definição do “perfil espiritual” da Ásia; em Medicina e cinema, indianos e chineses aparecem, também, engajados em atrair e influenciar novos e velhos amigos.

O Budismo como “Soft Power”

Na medida em que a economia abriu-se para o exterior e tem crescido a taxas surpreendentes, a RPC se torna mais disposta a aceitar e utilizar como “soft power”, manifestações de sua antiga civilização. Da mesma forma, ocorre com a Índia.

A China, portanto, tem demonstrado empenho em resgatar sua associação histórica com o Confucionismo. Assim, em novembro de 2004, Pequim determinou a abertura de seu primeiro “Confucius Institute”, em Seul. A partir de então, mais de 30 Institutos semelhantes foram instalados em diferentes países, inclusive em Nova Delhi, na Universidade Jawaharlal Nehru.

Evidentemente, tais representações visam a, além de divulgar o pensamento do antigo sábio chinês, promover a língua e cultura chinesas.

Tal esforço se enquadra no discurso atual do Presidente Hu Jintao quanto ao encorajamento de uma “nova e gloriosa civilização” chinesa, com ênfase em projeto que valorize a antiga filosofia do país e, não, em valores ocidentais. O ressurgimento de Confucio, assim, é particularmente notável, porque o líder da RPC adotou o mais conhecido princípio daquele antigo mestre, que diz respeito a uma “sociedade harmoniosa”, como meta de seu governo.

² Nye, Jr. Joseph S. “Soft Power: The Means to Success in World Politics”. Public Affairs, 2004. O autor descreve tal poder como “a habilidade de obter o que você quer, atraindo e persuadindo os outros a seguirem objetivos seus”.

Na prática, o retorno do Confucionismo coincide com a renovação do Budismo, na China.

Enquanto isso, a Índia volta a abraçar, também, esta antiga religião, reivindicando sua condição de origem do Budismo. Em jogo, entre Pequim e Nova Delhi está a disputa pelo título de ser o espaço civilizacional que, com base neste aspecto de “soft power”, definirá a “feição espiritual” da Ásia.

Nessa perspectiva, a Índia construiu, em 2006, na cidade de Luoyang, na China, um templo budista, com características indianas. A mensagem pareceu clara. Há dois mil anos, o Budismo emigrou do país de origem para o território chinês, instalando-se, inicialmente, naquela cidade.

De igual importância foi o fato de que, em 2007, Nova Delhi estabeleceu, na Universidade de Nalanda, em Cingapura, um centro de estudo do Budismo. Isto porque, enquanto a China não tem tido problemas para participar de diálogo institucional com, por exemplo, a Associação das Nações do Sudeste Asiático ou a Comunidade Asiática das Nações, a Índia tem ficado fora de tais reuniões.

O passado colonial e a condição que lhe foi imposta de exportadora de mão-de-obra barata para plantações no Sudeste Asiático, distanciou a Índia dos demais ex-integrantes do antigo “British Empire”, na Ásia.

Agora, os indianos buscam resgatar a herança de exportadores de cultura hindu-budista para Indonésia, Malásia, Indochina, Tailândia e Myanmar.

Cabe lembrar, ainda, que a disputa territorial, entre a China e a Índia, pelo estado indiano de Arunachal Pradesh, fica incluída na agenda da competição sino-indiana pela “soft power” no continente asiático.

Isto porque, segundo consta, o sexto Dalai Lama nasceu em Tawang (atual estado indiano de Arunachal Pradesh), em 1638. Isto levaria Pequim a considerar que aquele território faria parte do “Grande Tibet” e, portanto, integraria a RPC.

Curiosamente, os nacionais indianos da região em disputa têm fisionomia e características étnicas chinesas.

A Concorrência no Oferecimento de “Wellness”

Existe crescente interesse, no mundo inteiro, na “arte de viver bem”- “wellness”. Tal benefício, parece haver consenso, poderia ser, hoje, proporcionado seja pela Medicina Tradicional Chinesa, seja pelos tratamentos oferecidos pela prática indiana da Ayurveda.

Chineses e indianos, portanto, competem por mercado mundial estimado em US 40 bilhões, em busca de ervas medicinais e curas alternativas. Nesse esforço, cada país tem enviado especialistas a universidades, centros de tratamento e clínicas, com o objetivo de fortalecer sua “marca” respectiva.

Enquanto a Ayurveda indiana cresce em popularidade, no Ocidente, a Medicina Tradicional Chinesa parece consolidar-se na Ásia Oriental. Ambas as práticas refletem um tipo de “soft power” que Índia e China pretendem exportar para o resto do mundo.

A Ayurveda é um sistema de tratamento tradicional indiano, praticado há mais de 5.000 anos. Hoje é reconhecida, fora da Índia, como “medicina alternativa”, dedicada ao prolongamento da vida humana. Busca o equilíbrio entre o corpo e o meio ambiente, criando a harmonia entre a pessoa e as condições que a rodeiam.

Baseia-se na teoria de “Cinco Grandes Elementos” : a terra, a água, o fogo, o ar e o espaço. Estes influenciariam diferentes funções do corpo humano e do meio ambiente em que se vive. Assim, por exemplo, o fogo regularia a digestão e assimilação de alimentos e idéias; o espaço influenciaria a “mobilidade mental”; e a água manteria o equilíbrio do peso, coesão e estabilidade. Diferentes combinações destes elementos levariam o indivíduo a “viver melhor”, desintoxicando, fortalecendo os tecidos e os sistemas imunológicos.

A Medicina Tradicional Chinesa explica que a energia (Qi) flui através de “meridianos” no corpo humano e sobre sua superfície. Estes canais são “rios de energia” que precisam ser balanceados. Tal processo pode ser realizado com a aplicação da acupuntura, que utiliza agulhas que estimulam a tal energia, em determinado local do corpo, fortalecendo-o e proporcionando a cura natural de doenças, sem a necessidade de cirurgia.

Os seguidores desta técnica acreditam que a saúde depende do equilíbrio do corpo, entre seus próprios órgãos e funções e entre o indivíduo e seu meio ambiente.

Quando o corpo estiver balanceado e em harmonia com o exterior, a energia flui naturalmente através dos “meridianos” de forma que todas as suas partes são irrigadas adequadamente.

China e Índia oferecem, assim, propostas originais da “arte de viver bem”, aos habitantes ricos de outros países. O grande desafio que se coloca a ambos, no entanto, é o de resolver seus respectivos problemas de fome e miséria.

Bollywood versus Filmes Chineses

A China tem obtido maior sucesso na obtenção de Oscars do que a Índia. Mas, pelo menos na Ásia, é possível notar que Bollywood³ tem muito mais fãs do que o cinema chinês.

Com sua perene simplicidade temática, ensaios musicais e danças, as películas indianas ainda não frequentam grandes audiências cinematográficas européias ou norte-americanas. Em países do Subcontinente Indiano, Sudeste Asiático, Oriente Médio e mesmo África, o interesse por estes filmes, no entanto, é enorme.

Vários países disputam o privilégio de fornecer cenários às produções bollywoodianas. A Suíça ocupa espaço indiscutível no imaginário dos indianos, em virtude de inúmeras produções filmadas em seus Alpes. Como consequência, é enorme o fluxo de turistas indianos em direção a locais onde seus artistas preferidos apareceram atuando.

Filmes recentes foram produzidos no exterior, tais como: “Gangster”, na Coreia do Sul; “Guru”, na Turquia; e Fanaa, na Áustria. Em 2006, houve uma primeira filmagem no Rio de Janeiro. Metade dos 90 minutos de Doom II decorre, no Brasil, na “Cidade Maravilhosa”.

Inspirados pela bem sucedida experiência suíça, Cingapura, Tailândia, Emirados Árabes, Áustria. África do Sul, Egito e Canadá têm oferecido incentivos financeiros para filmagens indianas.

³ Nome genérico dado à indústria cinematográfica indiana, sem que ocupe um local delimitado, na área de Mumbai.

Diante de tais manifestações de interesse, parece que diferentes partes do mundo apostam na criação de uma “marca”, chamada Índia, a projetar-se favoravelmente pelo planeta e à qual é conveniente associar-se.

É necessário, contudo, definir a Índia que é apresentada nos filmes produzidos em Bollywood, que não podem ser considerados como representativos do país. São um espetáculo. A riqueza dos casamentos exibidos nas películas e a alegria de suas danças não refletem a realidade da população. O que está sendo projetado no exterior é uma caricatura.

Em sua dimensão econômica, fora das telas, a Índia real conta, ainda, com 260 milhões de pobres, vivendo com o equivalente a menos de US 1 por dia. Metade das crianças morrem antes dos cinco anos. A infra-estrutura lamentável e o ensino deficiente, mesmo considerando os centros de excelência existentes, não facilitam a inclusão da população rural no processo de crescimento tão alardeado nas áreas urbanas.

Os trunfos principais a serem projetados, como “soft power” da Índia são o fato de estar bem equipada, com instituições democráticas, e sua capacidade de promover a convivência entre suas distintas culturas, raças, religiões, castas e línguas.

Não se pode ignorar que os indianos vivem, hoje, um momento psicológico exuberante, no qual as pessoas encontram-se orgulhosas de sua nacionalidade – pela imagem favorável de seu país, por razões do crescimento econômico.

A Influência em Outras Regiões

China e Índia buscam atrair e influenciar regiões do planeta, através da divulgação de práticas, hábitos, criações e formas de raciocínio herdados ou marcados por suas respectivas longas histórias. Nesse processo, utilizam diferentes formas de “soft power” nos continentes asiático, europeu e América do Norte.

A competição entre ambas as potências emergentes acontece, no entanto, de forma menos poética, pelo acesso a recursos naturais e energéticos, principalmente na África e América Latina.

Nesse esforço, cada país parece adotar estratégias distintas que, de maneira simplificada, poderiam resumir-se nas explicações de que os chineses oferecem seu

apoio diplomático – “soft power” – e amplos recursos financeiros, em troca do abastecimento de recursos naturais e energéticos.

Os indianos, de sua parte, através de sua diáspora pelo continente africano, apresentam um bem sucedido modelo de fazer comércio, bem como temas de inspiração, como sua luta contra o colonialismo e ideais políticos no estilo do “Não Alinhamento”.

Cabe lembrar, a propósito, que os registros iniciais da China com a África nos levam ao século XV, quando o legendário navegador Zheng He trouxe do Quênia uma girafa.

Por coincidência, também foi do Quênia, a partir da cidade marítima de Mombasa, que um navegador muçulmano conduziu Vasco da Gama a Calicute, em 1498, levando os portugueses a “descobrirem o caminho marítimo para as Índias”, já havia muito tempo percorrido por comerciantes indianos e africanos.

No momento, contudo, a abordagem da Índia com respeito à África começa a ter perfil econômico, cada vez maior. Não se confunde, ainda, com o aspecto “mercantilista” adotado pela China, com respeito àquele continente.

Assim, estrategistas indianos procuram distinguir que, com respeito à África, “China’s is resource-based investment, Indian investment concentrates on capacity building”.

Registra-se, a propósito, que em 2007, em diferentes países africanos, principalmente Zâmbia, Angola e Zimbábue, houve protestos contra o que seria visto como “imperialismo amarelo”. Assim, após a explosão em mina de cobre zambiano, de propriedade chinesa, houve manifestações que chegaram a provocar o cancelamento da ida do Presidente Hu Jintao ao local, aquele ano, quando visitava oficialmente Lusaka.

Em Luanda e Harare circulam severas críticas quanto à ausência de oportunidades de emprego, em companhias estabelecidas pela RPC. Tais empresas trazem trabalhadores chineses, que vivem em guetos. O presidente da África do Sul denunciou a criação de um “relacionamento colonial” com a China, na medida em que aquele país asiático se limitaria a importar recursos minerais e energéticos da África, sem criar valor agregado no continente.

A Índia, de sua parte, adota estratégia distinta. Os investimentos indianos são quase que integralmente privados e empregam, em grandes números, trabalhadores locais. Nesse processo, os países anfitriões sentem-se mais identificados com tais empreendimentos.

No México, por exemplo, haveria cerca de US 3 bilhões em investimentos indianos na indústria farmacêutica, devido à proximidade do mercado dos EUA. Colômbia está nos planos de expansão da mega-empresa Reliance, com vistas à criação de rede de energia elétrica, demonstrando o interesse da Índia por projetos de infraestrutura na América Latina.

Enquanto isso, existe proposta conjunta indo-africana para um “pan-African e-network project” com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, que, eventualmente, resultariam na inter-ligação entre os 53 países do continente – com o emprego de “software” indiano, é óbvio.

Á Índia busca, também, exportar seu modelo de universidade aberta para o Botswana e Uganda. Trata-se, conforme mencionado acima, de priorizar “capacity building”, em oposição à ênfase chinesa de “resource-based investment”.

A “CHINDIA”

Nos parágrafos anteriores, buscou-se explorar diferentes aspectos da competição sino-indiana, em “soft-power”, bem como identificar regiões do mundo onde esta rivalidade acontece.

Cabe registrar que o desafio maior, no momento, seria o de imaginar como China e Índia poderão voltar a influenciar-se mutuamente com suas respectivas “soft powers” – conforme preveleceu há séculos, quando processo de “cross fertilization” levou ao que alguns estudiosos chamaram de “hinduanização da China”, na medida em que – segundo estes – o antigo “Império do Centro” - guardadas as devidas diferenças de proporções e de momentos históricos - veio a importar tanto do Budismo indiano, quanto os europeus absorveram do Cristianismo.

Por enquanto, a maioria das análises disponíveis concentram-se na possibilidade de formação de um bloco econômico a ser chamado de “Chindia”, que, em 2020, poderia vir a contar com PNB superior ao dos Estados Unidos da América.

O mais importante seria considerar a possibilidade de formação de enorme espaço de cooperação cultural, caso viesse a ressurgir, com naturalidade e de forma pacífica, o intercâmbio de idéias, manifestações artísticas e material genético, via Sudeste Asiático, que existiu, há séculos, entre hinduístas e chineses.

China e Índia – “Chindia”: vasto espaço para a convivência entre diferentes culturas.

Até recentemente, a maioria da leitura disponível sobre China e Índia visava a interpretar um ou outro país a público ocidental. Ademais, os parâmetros de comparação para a RPC eram, quase sempre, o Japão, a Coréia do Sul, ou mesmo Taiwan. Os indianos eram, nesses estudos, associados inevitavelmente aos paquistaneses.

No momento, a China parece “descolar-se” do resto da Ásia Oriental, que continua a ser vista com atenção, por sua dinâmica própria. O Paquistão, de sua parte, tornou-se merecedor de referências a processos em curso no Afeganistão.

China e Índia são, hoje, o foco de comparações inesgotáveis, para os leitores ocidentais, seja a respeito de seus respectivos processos de desenvolvimento econômico, seja quanto à inserção de cada país no cenário internacional, inclusive com o emprego de “soft power”.

Durante o período de minha permanência em Mumbai, no entanto, o mais interessante era observar o esforço de analistas indianos para explicar, ao seu próprio país, a “China”.

Isto porque, como se sabe, o intenso intercâmbio comercial, a “cross-fertilization” cultural e mesmo a mistura étnica que prevaleciam, havia séculos, entre as duas civilizações, foram suspensos, a partir de 1962, com a guerra fronteiriça entre os dois países.

Parte-se do princípio, nessa perspectiva, de que a atual geração indiana, após mais de quarenta anos de distanciamento, procura interpretar o comportamento chinês,

no âmbito das condicionantes de sua própria cultura. Daí, citam, por exemplo, a “sacudida de cabeça hindu, à esquerda e à direita” – que significa “ser a verdade sempre contextual e que, portanto, a resposta a cada pergunta deve ser interpretada como afirmativa ou negativa, dependendo da conveniência dos interlocutores”.

Da mesma forma, é explicado ao público local que tamanha é a necessidade sínica de “não perder face” que um “sim” dito de forma muito enfática pode, disfarçadamente, significar um “não”. Isto é, um chinês busca sempre não ser exposto ao constrangimento de, através de uma negativa, aparecer incapaz de satisfazer ao pedido ou responder a pergunta da outra parte. Assim, haverá sempre um “sim”, como resposta, mesmo que seu significado seja o de um “talvez” ou um “não”.

Os receituários ora disponíveis, para que a China seja melhor entendida na Índia, procuram, também, esclarecer as diferenças entre os dois países, no campo espiritual.

É, então, explicado aos indianos que os chineses contam, em sua mitologia, com centenas de “deuses” e “deusas”, além de seres sobrenaturais, como o dragão. Não haveria, segundo o ponto-de-vista local, o conceito de um “Ser Divino Todo Poderoso” ou “Deus”. Conflitos relacionados com a reencarnação ou renascimento – encontrados no Hinduísmo – ou com o pecado – vigentes no Catolicismo, Judaísmo e Islã – estariam ausentes entre os chineses.

Enquanto isso, os indianos, seguidores do Hinduísmo ou Bramanismo, com seus “deuses” maiores ou menores, seus templos e cerimoniais, desenvolveram sua espiritualidade, em torno da crença no “Bhrama”, que é a unidade. Assim, cada “alma” é uma parte destacada desta unidade, que só se reencontra quando volta a se fundir no “todo”. Daí, a perene espera pelo retorno ao “Universal”.

Os chineses, de sua parte, desfrutariam de uma civilização extremamente prática, onde interessaria o “aqui” e o “agora”. A ética social prevaleceria sobre questões espirituais. Tal realidade teria três origens: o Taoismo, o Budismo e o Confucionismo.

O Taoismo ditaria o perfil místico da China. Seu princípio básico é o de que o mundo, como um todo, funciona em torno de dois polos, que se expandem alternadamente, enquanto representam limites recíprocos. Trata-se do “Yang” e do

“Yin”. O yang é tudo o que for masculino, quente, agudo, iluminado, pesado e seco; o yin é o feminino, frio, macio, escuro, leve e molhado. A desarmonia entre os dois extremos provoca desordens e doenças.

O Taoísmo misturou-se com crenças e práticas tribais, dando origem ao culto de numerosos “espíritos” e “entidades”, associados à água, fogo, vento, chuva, rios, arroz, portões, paredes, entre outros. A maioria das entidades objeto de devoção dos chineses são ancestrais, guerreiros, reis, dignatários e sábios. Por exemplo, os “Oito Imortais” foram pessoas que, através da realização de “obras dignas de reconhecimento e vidas plenas de alegrias” foram agraciados com o “pêssego da vida eterna”, o que os tornou imortais. Suas imagens “guiam e ajudam os fiéis”, em momentos de necessidade.

Em virtude do espírito prático da mentalidade chinesa, o Budismo chegou ao país com sua “Escola Mahayana”, cujo objetivo principal seria não o de tornar-se um Buda, mas, sim, o de, com persistente esforço individual, invocar a intervenção divina – do Buda - para que as dificuldades do mundo material se tornem mais suportáveis.

Segundo seus adeptos, haveria diversos níveis de “paraísos” e de “infernos”, com diferentes recompensas e punições. Os que demonstrassem comportamento mais correto seriam contemplados com a entrada no “paraíso mais elevado”, onde conviveriam com o “Imperador de Jade”, que, segundo a referida crença, seria o que mais próximo haveria da noção de um “Deus”.

A “corte divina” do Imperador de Jade seria idêntica a uma versão terrestre, com um exército, burocracia, família real e “parasitas de plantão”- estes em busca de favores. Seu julgamento, no entanto, é justo e sem caprichos: o bem é recompensado e o mal punido.

Por ocasião das celebrações do Ano Novo Lunar, os fiéis chineses queimam dinheiro de papel, como símbolo de pagamento para que “deuses que habitam suas casas” viagem até à referida corte do Imperador de Jade e relatem favoravelmente sobre as famílias que os hospedam. Outro recurso é o de oferecer doces ao “deus da cozinha”, para adoçar-lhe os lábios e permitir um discurso favorável àquela entidade maior.

Tais explicações, na Índia, fazem a China parecer bastante utilitária e simplista, preocupada mais com a “face” dos que seguem o ramo prevaiente do Budismo,

enquanto os hinduístas privilegiam e convivem com complicado sistema de castas e formas de vida – inclusive na de animais – que, acreditam, podem ocorrer em reencarnações sucessivas.

Cabe ressaltar que, em momento algum, as diferenças assinaladas pelo autor procuram identificar obstáculos a um possível renovado bom entendimento entre as duas civilizações. Pelo contrário, buscam-se, sim, coincidências herdadas por interlocuções, durante séculos, de diferentes formas, no campo econômico, político e cultural.

Há especialistas, a propósito, que comparam a “indianização” da China - com a sua “importação” do Budismo do país vizinho - à cristinização da Europa.

Para atender ao já mencionado interesse da nova geração indiana com respeito ao antigo “Império do Centro”, a imprensa local tem ressaltado a crescente visita de cientistas indianos da área de informática à cidade de Hangzhou, na RPC, e a vinda de especialistas chineses em “software” a Bangalore, na Índia. Relaciona-se, então, este crescente intercâmbio tecno-industrial com a recíproca criação de centros de estudos do Budismo, em Universidades dos dois países, como consolidação de “cross fertilization” cultural histórica.

Isto é, parece ser fortalecido o consenso de que a mesma facilidade de troca de idéias e maneiras de produção, que permitiu que o Budismo penetrasse na China - como assinalado em parágrafo acima – os habitantes dos dois países teriam hoje, para se articularem, a partir de valores em comum, criando um vasto espaço para a convivência entre suas diferentes culturas.

Trata-se de conclusão importante para os que, até recentemente, acreditavam que Índia e China viriam a importar modelos e formas de comportamento do “Ocidente”, na medida em que se consolidam, como potências econômicas emergentes.

Pode ser que, na prática, entre os dois países, forme-se um vasto espaço cultural, a facilitar a convivência entre diferentes culturas. Esta “Chindia” poderia proporcionar e priorizar o ressurgimento de formas tradicionais de relacionamento entre diferentes povos, que conviviam entre e através de suas fronteiras.

Para tanto é necessário, ainda, que sejam superadas divergências entre Nova Delhi e Pequim, principalmente no que diz respeito a suas fronteiras.

“Chindia”: vasta estrutura econômica em construção.

Análises atuais sobre as relações entre a China e a Índia não podem deixar de citar o livro “Billions of entrepreneurs – How China and India are Reshaping Their Futures and Yours”, por Tarun Khanna,⁴ que visa a interpretar, a leitores ocidentais, oportunidades de negócios na vasta estrutura econômica em construção entre os dois países asiáticos emergentes.

A obra diferencia-se da maioria da literatura disponível sobre China e Índia, que, até recentemente, utilizava parâmetros de comparação entre a RPC e, quase sempre, o Japão, a Coreia do Sul, ou mesmo Taiwan. Os indianos eram, nesses estudos, associados, inevitavelmente, aos paquistaneses.

No momento, a China parece “descolar-se” do resto da Ásia Oriental, que continua a ser vista com atenção, por sua dinâmica própria. A Índia deixou de ter como referência o Paquistão.

Conforme já mencionado acima, o intenso intercâmbio comercial, a “cross-fertilization” cultural e mesmo a mistura étnica que prevaleciam, havia séculos, entre as duas civilizações, foram suspensos, a partir de 1962, com a guerra fronteiriça entre os dois países. Em 2007, no entanto, a China já se tornou o maior parceiro comercial da Índia, com trocas bilaterais no valor de US 37 bilhões. Espera-se que, em 2011, este comércio entre dos dois países chegue a US 60 bilhões⁵.

Nessa perspectiva, a narrativa de Tarun Khanna – de nacionalidade indiana - é bastante simples, na medida em que seleciona alguns aspectos da vida econômica nos dois países. Cada capítulo é baseado em tais comparações, utilizando histórias de sucessos e fracassos de empresas, indivíduos e projetos nas nações vizinhas

⁴ Publicado por Penguin Group, 2007. Tarun Khanna é Professor da “Harvard Business School” e escreveu o livro com base em vasta experiência pessoal de viagens pela China e Índia.

⁵ Revista indiana “Business Today”, 10.02.2008, pag. 46.

Assim, o autor analisa, por exemplo, porque cidades podem ser construídas, praticamente da noite para o dia, na China, enquanto Mumbai não consegue, apesar de repetidos esforços, há anos, urbanizar sua favela Dharavi, a maior do mundo. Em contrapartida, o mercado de capitais indiano – também com sede em Mumbai – tornou-se respeitado mundialmente, a partir do início deste milênio, na medida em que a forte intervenção estatal chinesa mantém as instituições financeiras da RPC atrasadas.

Tharun Khana questiona a razão de a indústria de “software” ter prosperado na Índia, mas não na China. Por que os chineses atraíram maior volume de capital externos do que os indianos. Busca explicar a razão da diferença de tratamento oferecido aos chineses de ultramar – que são bem vindos, com seus investimentos no país de origem – e aos indianos residentes no exterior – que hesitam, ainda, em aplicar seu dinheiro na terra onde nasceram ou de seus antepassados.

Ressalta, também, que as propostas para introduzir, na China, a “economia socialista de mercado” foram iniciadas com reformas no campo, enquanto, na Índia, pouco resultado pode ser visto com a redistribuição de terras. Em outro capítulo, analisa o sucesso indiano, em sua inserção internacional, com a exportação de “soft power”, manifestada em filmes de Bollywood, medicina tradicional e gurus, atraindo, assim, simpatias em diversas partes do mundo. Os chineses, de sua parte, especializam-se em “hard power”, isto é, explorando fortemente os recursos minerais e energéticos de países na África e América Latina, criando, assim, antipatias externas.

Cada parte de seu livro demonstra profundo conhecimento pessoal dos temas abordados, revelando ter o autor ampla vivência dos dois países. Sua carga de informação é, portanto, significativa. As conclusões, contudo, deixam a desejar.

Por exemplo, analisa que, além da influência budista – de origem indiana – na China, foi encontrado, também o registro do símbolo “OM” – palavra que inicia toda a prece da religião hinduísta – em templo na cidade chinesa de Hangzhou, onde são crescentes os investimentos da Índia em “software”. Conclui, portanto, que a facilidade de absorção de tecnologia indiana, nesta metrópole da RPC, deve-se a predisposição histórica da China em receber influência da Índia.

O livro, ademais, busca ser um receituário a grandes empresas multinacionais ocidentais que queiram investir nos dois países. Seu conselho principal é o de que deveria ser emulado o exemplo da General Electric, que foi bem sucedida em empreendimento que teve como base o estabelecimento de “hardware”, na China, e de “software”, na Índia. Assim, caso se queira produzir um “chip” ou realizar um projeto de arquitetura, cabe recorrer a parceiros indianos. Se o investimento depender de estradas, portos, energia e demais elementos de infra-estrutura eficiente, é melhor pensar no vizinho chinês.

Segundo este raciocínio, ambas as nações teriam muito a ganhar, em sua inserção na economia internacional, caso viessem a melhor articular suas complementaridades e vantagens competitivas. Retorna-se, portanto, ao tema de que a emergência atual da Índia e da China é, muitas vezes, analisada apenas na perspectiva da cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros.

CONCLUSÃO

Consta que, na década de 1950, Nehru comentou sobre a histórica falta de vontade e de habilidade da Índia em aprender da China: “Durante estes milhares de anos...cada país aprendeu algo do outro, não apenas em termos de pensamento e filosofia, mas também nas artes e ciências da vida. Provavelmente, a China foi mais influenciada pela Índia, do que a Índia pela China, o que é uma pena, pois a Índia poderia ter tirado proveito do sólido senso comum dos chineses, facilitando, assim – na Índia – o controle de suas próprias extravagâncias...a China levou muito da Índia, mas foi sempre suficientemente forte e auto confiante para absorver influências externas em seus próprios termos e enquadrá-las em algum lugar na sua própria textura social. Até mesmo o Budismo, com sua complexa filosofia não pode mudar ou suprimir o amor pela vida e alegria dos Chineses”⁶.

⁶ Nehru, “Discovery of India”.

Verifica-se finalmente que, ao consolidar-se no cenário internacional a maior participação da China e Índia, que possuem laços de vizinhança milenares, bem como se desenvolva cooperação mais intensa e troca de ensinamentos sobre como administrar seus respectivos processos de crescimento exponenciais, haverá, sem dúvida, impacto significativo regional e em outras partes do mundo.

Isto ocorrerá, tanto pela maior inserção de ambos na economia mundial, quanto por suas diferentes formas de atrair e influenciar novos e velhos amigos.

Lembra-se que, há pouco mais de 50 anos, Nova Delhi e Pequim foram os promotores dos chamados Cinco Princípios de Convivência Pacífica. Caberia, agora, desejar que, com suas crescentes “soft power”, contribuam para um contexto de respeito entre culturas diversas.

Fica em aberto, ademais, a questão sobre se a formação de uma “Chindia” resumir-se-ia a um vasto espaço econômico para o lucro de empresas estrangeiras e locais, ou se predominaria a abertura para negociações culturais, que garantiriam a estabilidade regional.

Artigo recebido dia 03 de Janeiro de 2012. Aprovado em 05 de fevereiro de 2012

RESUMO

Este artigo analisa a emergência política e econômica da China e da Índia no sistema internacional contemporâneo, com ênfase no impacto cultural. Analisa múltiplas formas da influência cultural da China e da Índia, associadas com o novo papel que estes países vem ocupando no sistema internacional, bem como as formas e possibilidades oriundas das relações entre a China e a Índia.

PALAVRAS-CHAVE

China; Índia; Países Emergentes; Impacto Cultural

ABSTRACT

This article analyzes the political and economic emergence of China and India in the contemporary international system, with emphasis on the cultural impact. Analyzes multiple forms of Chinese and Indian cultural influence, associated to the new role that has been occupied by these countries in the international system as well as the possibilities arising from relations between China and India.

KEYWORDS

China; India; Emerging Countries; Cultural Impact.